

## **A utilização do conceito de identidade nos estudos sobre Idade Média: um olhar sobre a Inglaterra no período de Alfred, o Grande (871-899)**

Isabela Dias de Albuquerque

Universidade Federal do Rio de Janeiro

**Resumo:** Este artigo tem como objetivo discutir a problemática da identidade no período medieval, sobretudo na Inglaterra de Alfred de Wessex (871-899), durante as migrações escandinavas. A construção da identidade inglesa se dá por meio de dois vocábulos: *Gens Anglorum* e *Angelcynn*, versão latina e em inglês antigo, respectivamente. As narrativas utilizadas serão *A Vida do Rei Alfred* e *As Crônicas Anglo-Saxãs*.

**Palavras-chave:** Inglaterra alfrediana, Idade Média, identidade.

## **The use of the concept of identity in the studies about the Middle Ages: a look at England in the period of Alfred the Great (871-899)**

**Abstract:** This paper attempts to discuss the problematic of identity in medieval times, especially in Alfred's of Wessex England (871-899), during the Scandinavian migrations. The construction of English identity is possible due to two words: *Gens Anglorum* and *Angelcynn*, Latin and Old English versions. The narratives used will be *The Life of King Alfred* and *The Anglo-Saxon Chronicles*.

**Key-words:** Alfredian England, Middle Ages, identity.

## Contextualizando a Inglaterra anglo-saxã no século IX

Costuma-se chamar de Inglaterra anglo-saxã o período que vai de do século VI até o século XI, em função da presença de povos, em sua maioria, anglos, saxões e jutos, os quais, posteriormente, acabaram sendo incorporados aos dois primeiros. Apesar de definirmos organização da Inglaterra do século VI até o século IX como uma *heptarquia*.<sup>4</sup>, sabemos que não havia apenas sete reinos inicialmente, mas outros territórios que poderiam ou não estar submetidos a estes. Sussex, Wessex, Essex, Kent, Mercia, East Anglia e Northumbria foram formados a partir de povos anglos e saxões, principalmente, ambos oriundos do norte da Europa continental que migraram para a província romana da *Britannia* entre os séculos IV e V.

No final do século VIII, a ilha passa a ser alvo de ataques dos *vikings* – *norsemen*, como são denominados nas fontes cristãs européias e o que marca o início do que se convencionou chamar de *Era Viking* na Inglaterra foi seu ataque ao mosteiro de Lindisfarne, na costa de Northumbria. Famosos pela ferocidade de suas incursões, esses povos escandinavos eram, a essa época, ainda adeptos das práticas pagãs e, entre os deuses presentes em seu panteão, encontram-se Odin, Thor, Frey e Njord, para citarmos apenas alguns deles. A documentação cristã, em sua maioria, descreve esses homens de acordo com o terror que estes causavam, por não pouparem nem mesmo igrejas e mosteiros (CLEMENTS, 2005: 18).

A historiografia nos últimos anos tem preferido se referir ao período como *migrações*, tendo em vista que o termo invasões é carregado pejorativamente. Entretanto, algo que ainda intriga historiadores e arqueólogos é o que motiva esses povos a se deslocarem. Apesar de haver certas divergências em relação à resposta, algumas são postas à prova. O aumento populacional e a falta de terras cultiváveis estão entre um dos motivos, muito embora, hoje em dia tenham sido descartados como grandes impulsionadores desse processo.

Escavações arqueológicas realizadas nos últimos anos esclarecem que a população da Escandinávia, nos séculos VIII e IX, não era tão numerosa quanto se imaginava. Frente

---

<sup>4</sup> Termo cunhado por Henry of Huntingdon (c.1088-c.1154), no século XII, em sua obra *Historia Anglorum* (c.1129), sobre a divisão da Inglaterra no período anglo-saxão em sete reinos: Sussex, Wessex, Essex, Kent, Mercia, East Anglia e Northumbria.

ao avanço e a conquista de regiões na Escandinávia por reis de origem danesa, uma das explicações mais plausíveis seria a utilização de escandinavos nos conflitos entre as lideranças na Inglaterra e no continente europeu (SAWYER, 2001: 9). Quando não se submetiam ao comando, após conquistados, os antigos senhores de terra na Escandinávia recorriam ao exílio. Dentro dessa perspectiva estava o que Wilson chamou de *espírito de aventura* (WILSON, 1970: 47), tendo em vista que essa era uma maneira de enriquecer por meio da guerra, a partir do butim, conquistando também fama e glória das batalhas.

A partir de 835, de acordo com as *Crônicas*, os ataques *vikings* passam a ser cada vez mais frequentes e irão durar até o período alfrediano. Conforme os escandinavos vão se fixando na ilha torna-se necessário dividir a Inglaterra em territórios governados pelos anglo-saxões – e aí o maior destaque vai para o reino de Wessex – e territórios sob domínio danes – a *Danelaw*. Esta consiste em uma faixa de terra que abarcaria desde o sul do rio Humber, passando por praticamente metade da Mercia e todo o reino de East Anglia e Essex.

Estabelecidos os limites de atuação dos reis anglo-saxões e das lideranças *vikings*, a convivência passa a se desenhar de forma um pouco mais pacífica, muito embora as disputas territoriais não cessem por completo.

### **Corpora documental e a tradição literária anglo-saxã**

A fim de trabalharmos com a presença danesa na Inglaterra e mais especificamente, as relações entre este grupo e os anglo-saxões, utilizaremos duas narrativas: *A Vida do Rei Alfred* e *As Crônicas Anglo-Saxãs*.

Traduzida para o inglês como *The life of King Alfred*, a obra foi escrita originalmente em latim como *Vita Ælfredi regis Angul-Saxonum* (A vida do rei Alfred, rei dos anglo-saxões), provavelmente no ano de 893 – momento no qual Alfred enfrentava a segunda grande invasão de povos de origem danesa no reino de Wessex – sua autoria foi atribuída a Asser, monge de origem galesa.

A *Vita Ælfredi* costuma ser dividida em duas partes: a primeira vai até o ano de 887, enquanto a segunda é uma apreciação do governo de Alfred. O protagonista da narrativa foi rei de Wessex de 871 até 899, mas os relatos sobre sua vida no documento em questão não se estendem até o final de seu reinado, com sua morte. O documento termina

abruptamente, sem uma conclusão ou um epílogo. Simon Keynes e Michael Lapidge, ambos professores da Universidade de Cambridge e membros do *Department of Anglo-Saxon, Norse and Celtic Studies*, atribuem isso ao fato de a narrativa que chegou até nós nos dias de hoje ser um trabalho incompleto e não em seu estado final, propriamente (KEYNES; LAPIDGE, 2004: 56). Há duas hipóteses prováveis para isso: ou Asser realmente não concluiu sua narrativa ou, caso tenha concluído, a *Vita*, ao ter sido compilada, teve seu final perdido.

A obra de Asser é o primeiro relato sobre a vida de um rei anglo-saxão de que temos registro e é um documento importante para aqueles que desejam estudar Inglaterra anglo-saxã. Muitas das informações presentes na narrativa, contudo, podem ser encontradas também nas *Crônicas*.

Sobre Asser, muito pouco se sabe. Seu nome, curiosamente, não é galês, mas hebreu, inspirado no oitavo filho de Jacó, Asher, que significa “abençoado”. Adotado, provavelmente, ao ser tonsurado, não se tem registros de seu nome galês, mas é provável que Asser tenha tido contato com a obra de São Jerônimo, na qual são apresentados os significados dos nomes judeus. Especula-se, portanto, que seu nome verdadeiro fosse Gwyn, cujo significado é o mesmo que a versão hebraica (KEYNES; LAPIDGE, 2004: 49). Essa prática de adotar nomes judeus parecia ser bastante comum em Gales, tendo em vista uma quantidade expressiva de nomes como Abraão, Daniel, Jacó, Isaac, Samsun, etc.

Em relação ao segundo documento, as *Crônicas*, trata-se de uma convenção adotada entre os pesquisadores para designar uma série de manuscritos produzidos e compilados em diferentes regiões da Inglaterra, entre os séculos IX-XI, tanto em latim quanto em inglês antigo. Organizados normalmente em oito manuscritos<sup>5</sup>, não há uma padronização dos eventos narrados por cada uma delas. Os cronistas, sejam eles clérigos ou leigos, não relatam os acontecimentos de maneira objetiva, mas de diferentes maneiras, segundo seus pontos de vista.

Os manuscritos diferem uns dos outros também quanto a algumas informações locais, relativas às regiões nas quais cada um foi produzido. Utilizamos neste trabalho o MS A (*The Parker Chronicle*), escrito em inglês antigo, pelo fato de ser considerado a narrativa

<sup>5</sup> Os manuscritos da ASC são: 39 (MS. A, conhecido também como *The Parker Chronicle*), 188 (MS. B), 191 (MS.C), 192 (MS.D), 346 (MS.E, conhecido também como *The Peterborough Chronicle*), 148 (MS. F) , 180 (MS.G) e 150 (MS.H). KEYNES, Simon. Anglo-Saxon Chronicle. In: LAPIDGE, Michael, BLAIR, John, KEYNES, Simon and SCRAGG, Donald. *The Blackwell Encyclopaedia of Anglo-Saxon England*. Oxford: Blackwell Publishing, 2008.

mais completa em relação aos eventos durante a ascensão de Wessex.

No que tange à literatura produzida em inglês antigo, esta, a partir de finais do século IX, passa a dividir com o latim a importância da palavra escrita. Uma nova língua, que já era utilizada oralmente, passa a fazer parte também de um amplo universo escrito. Dos manuscritos sobreviventes, cerca de noventa por cento são compostos de prosa, ao passo que dez por cento representam a poesia (PULSIANO; TREHARNE, 2001: 3).

O período alfrediano (871-899) pode ser identificado pela iniciativa do governante no incentivo à produção literária, tendo em vista que a corte de Alfred era marcada por letrados que se dedicavam também à produção de textos. Não havia apenas homens de origem anglo ou saxã, mas também francos, frísios, irlandeses, bretões e escandinavos, por exemplo (HINDLEY, 2006: 215). Com a chegada dos daneses, frente ao medo que estes causavam, houve a preocupação de que não se perdesse a produção escrita e o latim, aos poucos, foi dando lugar também, concomitantemente, ao idioma vernacular.

## **Definindo identidade**

Em linhas gerais, identidade diz respeito a como os seres humanos caracterizam e conceituam-se a si próprios, aos que identificam como seus iguais e àqueles que entendem como membros de outro grupo. Como Cuche afirmou, “a identidade é uma construção que se elabora em uma relação que opõe um grupo a outros grupos com os quais está em contato”(CUCHE, 2002: 182). Podemos afirmar, portanto, a partir dessa ideia, que a identidade é por excelência relacional. Entendermos identidade apenas a partir da perspectiva do contato a alteridade é um ponto de partida, mas seria muito limitado conceituarmos-la apenas a partir de uma comparação com o *outro*, aquele que *eu* identifico como diferente de *mim*.

Identificar pessoas como seus iguais faz parte de um processo natural do ser humano em que a sua sobrevivência está em jogo, entendida aqui não apenas em condições somáticas, mas também psicológicas. Os indivíduos nos grupos sociais elegeм quais são os fatores que devem ser destacados e/ou suprimidos, tomando como base para isso alguns aspectos da cultura. Reforçamos esse conceito ainda com base nas idéias de Castells:

No que diz respeito a atores sociais, entendo por identidade o processo de construção de significado com base em um

atributo cultural, ou ainda um conjunto de atributos culturais inter-relacionados, o(s) qual(ais) prevalece(m) sobre outras fontes de significado (CASTELLS, 2008: 22).

Dessa forma, é consenso entre os autores que discutem identidade que esta é forjada por meio de um processo de significação, baseado em indivíduos que compartilham elementos comuns, os quais são vistos e escolhidos por eles como relevantes. As identidades não são de forma alguma essenciais ou pré-existentes em um grupo, mas cunhadas, podendo ser revistas ou adaptadas.

O conceito de identidade, assim como o de cultura, é susceptível a formas diversas de interpretação. Mais do que um elemento no qual os indivíduos reconheceriam a si mesmos como integrantes de um mesmo grupo, seja ele étnico ou social, a temática da identidade levanta-nos questões mais complexas sobre sua própria constituição.

Muito embora os conceitos de cultura e identidade estejam intimamente ligados, estes não significam necessariamente a mesma coisa. Sobre isso, Denys Cuche afirma que “a cultura pode existir sem consciência de identidade, ao passo que as identidades podem manipular ou até mesmo modificar uma cultura” (CUCHE, 2002: 176). Portanto, apesar da ligação estreita entre os dois conceitos, estes não devem ser confundidos, pois, para que identifiquemos uma cultura, não se faz necessário que haja a identificação de seus integrantes enquanto um grupo.

A identidade, para além de um processo de pertencimento a um grupo, transmite a ideia de ser reconhecido por esse grupo como seu integrante. Esse reconhecimento passa, no entanto, por uma perspectiva relacional, ou seja, pensar a própria identidade é algo que se faz a partir do reconhecimento do *outro* e os símbolos que são escolhidos constituem uma peça fundamental nesse processo.

Outro fator importante é o que diz respeito às várias facetas da(s) identidade(s). Na visão de Denys Cuche, as identidades não são blocos monolíticos e objetivos, o que dificulta, muitas vezes, sua compreensão. Essa complexidade deve-se ao fato de um indivíduo ou grupo que está em contato com diferentes culturas poder fabricar a sua identidade, a partir de elementos que lhe pareçam convenientes, sem que sejam necessariamente opostos (CUCHE, 2002: 193). As relações pertencimento ou não de um grupo passa a representar uma escolha, na qual o grupo pode eleger quais os elementos

para constituição de sua identidade serão privilegiados.

## O conceito de etnicidade e os estudos medievais

Assim como ocorre com a identidade cultural, a identidade étnica também não é essencialista, ou seja, não é absoluta. Ao contrário do que muitas vezes é divulgado na mídia, a etnicidade não está ligada a um sistema tribal anterior ao Estado, mas como um apelo a uma identidade, normalmente minoritário dentro de um Estado moderno (BARTH, 2005: 17). Seria mais interessante contextualizarmos a definição de etnicidade a partir dos grupos minoritários que, frente à criação de Estados, teriam perdido sua identidade como tal.

Etnicidade, enquanto conceito, traz à tona duas questões importantes: a *origem* e a *identidade*. Dessa forma, a identidade étnica imporia papéis e estereótipos, para que os indivíduos assumam determinados comportamentos, a fim de essas categorias do grupo fossem assimiladas objetivamente (BARTH, 1998: 214). Não basta apenas se sentir parte do grupo. Para pertencer a ele é necessário também que determinados comportamentos e características sejam incorporados. O grupo étnico vale-se de fatores biológicos e simbólicos para dar “sentimento coletivo de pertencer a um grupo cultural próprio” (SOUSA, 1999: 109).

Tendo em vista que as relações entre anglo-saxões e escandinavos são importantes na nossa análise, a fronteira étnica aparece também como um conceito útil ao nosso estudo. Por ela, entende-se que não só é importante a definição do grupo, bem como os mecanismos utilizados nesse processo. As fronteiras às quais devemos consagrar nossa atenção são territoriais propriamente, mas sociais. Se um grupo conserva sua identidade quando os membros interagem com os outros, isso implica critérios para determinar a pertença e meios para tornar manifestas a pertença e a exclusão (BARTH, 1998: 195).

No caso do estabelecimento dos reinos germânicos do início dos tempos medievais, as antigas províncias do Império passam a ser governadas por esses povos. Diversos desses reinos não constituíam, nem mesmo em suas elites, cerca de 1% do grupo étnico ao qual diziam pertencer. Portanto, a etnicidade foi construída a partir do discurso, como uma estratégia política. A polietnia, que era uma realidade a essa época, foi transformada em unidade com o nome dos reinos (Reino dos Visigodos, Reino dos Vândalos, Reino dos

Burgúndios, Reino dos Francos, etc.).<sup>6</sup>

Ao longo do processo histórico, o que constituiu suas identidades, pois este processo não é natural, como muitas vezes somos impelidos a pensar foram as elites. Estas possuíram um papel importante nessa empreitada e, apesar de vermos referência em documentos medievais a povos (*Lex Visigothorum*, *Regnum Francorum*, *Gens Anglorum*) há uma diversidade de povos dentro de seus domínios.

O que merece destaque é que esses grupos étnicos são forjados a partir de categorias culturais, e não em dados biológicos, como muitas vezes pensamos. Sobre isso, afirma Walter Pohl:

The most fundamental point is that ethnic communities are not immutable biological or ontological essences, but the results of a historical processes, or, as one might put it, historical process in themselves (POHL, 1998: 8).

A maioria das questões sobre etnicidade devem ser analisadas, portanto, à luz de seus contextos políticos. Há uma gama de possibilidades sobre o que a etnicidade significa, quais são suas formas de coesão e de integração social e de que forma o discurso textual reproduz isso, mas para isso é necessário que nos debruçemos caso a caso e não formulemos postulados gerais.

A etnicidade não pode ser estudada, portanto, enquanto um fenômeno absoluto, como um todo, mas a partir de cada comunidade e o que cada ritual, lei, costume, entre outras práticas culturais significou para esse ou aquele povo.

### ***Angelcynn e gens anglorum: a protoidentidade inglesa***

O primeiro a usar a palavra que mais se aproxima do gentílico *inglês* (*gens anglorum*) de que temos notícia foi Beda em sua *Historia Ecclesiastica Gentis Anglorum* (História Eclesiásticas das Gentes dos Anglos), escrita provavelmente no ano de 731. Ao falar sobre a conversão das primeiras lideranças anglas e saxãs, Beda faz referência a Kent, mais especificamente a Canterbury, onde é instalada a primeira sé na ilha, após o domínio

---

<sup>6</sup> Segundo Pohl (1998: 3), “a questão mais importante é que as comunidades étnicas não são essências biológicas ou ontológicas imutáveis, mas o resultado de um processo histórico, ou, como se pode colocar, um processo histórico em si mesmas.” (Tradução livre)



germânico. Æthelbert, rei de Kent, no período em que a missão de Agostinho chega a mando de Roma, foi o primeiro rei germânico a se converter ao cristianismo na ilha (HINDLEY, 2006: 32). A utilização do termo *angli* e não *saxonis* é porque essa idéia é transmitida via Canterbury, durante e após a missão de Gregório, o Grande, no início do século VII (CHARLES-EDWARDS TM, 2004: 17). Gregório foi quem se referiu aos povos da ilha como *angli* e a partir de sua denominação, Beda ensaiou a ideia de anglicidade sobrepondo a de saxonidade.

Apesar da coesão que o termo *gens anglorum*, traduzido normalmente como *english people* (povo inglês), aparentemente, diz respeito, ele abarca a ambos anglos e saxões que, apesar de separados por suas questões políticas, estariam unidos por meio da fé em Cristo.

A divisão dos povos da ilha quanto feita por Beda não foi a partir da origem, de um ancestral comum ou de um passado compartilhado, mas através da língua. Cabe lembrar que esta, como um dos aspectos organizadores mais importantes – senão o mais importante – da cultura funciona como um elemento de coesão entre a sociedade e a realidade na qual esta se insere. É através da língua que os discursos, o pensamento e o próprio entendimento da realidade enquanto prática são absorvidos, assimilados e reinterpretados (BACCEGA, 2000: 64) e as narrativas, para além das informações que contém, nos auxiliam também no entendimento de como os homens de uma época entendiam e representavam sua própria sociedade.

Beda, no entanto, não foi o único a fazer uso desta denominação. Alfred, rei de Wessex entre os anos de 871 e 899, foi provavelmente o primeiro a empregar o termo *Angelcynn*, uma forma em *Old-English* da até então forma latina utilizada. Entretanto, seria um tanto precoce pensarmos que *Angelcynn* seria um sinônimo de ingleses, para o sentido de comunidade política. Sara Foot nos apresenta o dado de que o termo aparece, pela primeira vez, em manuscritos de origem mércia, por volta de 850, com o objetivo principal de diferenciar os que eram de origem inglesa dos que eram estrangeiros (FOOT, 1996: 29).

Assim como fez Beda, Alfred repete a concepção cristã do vocábulo *Angelcynn*, sem perder de vista também a importância política que esta suposta identidade representa nas influências e nas alianças. Por volta de 890, os clérigos já utilizam, ao se referirem a Alfred, o título de rei dos anglos e dos saxões (*rex Angul-Saxonum* e suas variações) (WILLIAMS, 1999: 74).

Apesar de Beda e nas *Crônicas*, haver alusão a alguns reis como governantes da *Britannia* (*Bretwalda*, em inglês antigo), Alfred é apresentado por Asser como o rei de ambos os povos, tanto os de origem angla, quanto de origem saxã.

Outra referência importante é em relação à Inglaterra. Nas *Crônicas*, encontramos alguns indícios de que uma nova terminologia dava lugar à antiga denominação da ilha como *Britannia*, em língua latina, ou *Bretenlond*, forma em inglês antigo, para “terra dos bretões”. *Angelcynnnes lond*, versão em inglês antigo cuja aproximação seria *terra dos ingleses*, começa a aparecer na narrativa, forjando, paulatinamente, visto que esse processo ainda não foi completo, o que daria origem, no século XI, a *Ængla land*.

De acordo com a documentação em questão ainda, no ano de 886, Alfred começa a fortificar a cidade de Londres, trabalho este que teria sido acompanhado, segundo a narrativa, de um esforço conjunto, no qual todos os ingleses (*all Angelcynn*), à exceção dos que se encontram sob domínio dos daneses, participaram desta empreitada.

Tomando como base as *Crônicas* ainda, outra referência importante para nós diz respeito à morte de Alfred, no ano de 900: *Her gefor Ælfred Apulfing, syx nihtum ær ealra haligra massan; Se was cyning ofer eall Ongelcyn butan ðam dale þe under Dena onwalde was.*<sup>7</sup>

Como podemos perceber, Alfred é identificado no trecho como “rei dos ingleses”, uma terminologia que não aparece nas primeiras datas das *Crônicas*. O que podemos deduzir é que essa identificação, se não foi iniciada no período alfrediano, é consolidada nele.

## Conclusão

A constituição do que conhecemos hoje como Inglaterra foi fruto de um processo longo, do qual podemos ver alguns indícios já no século IX, no período alfrediano. Entretanto, afirmar que os ingleses surgem enquanto uma comunidade política nesse momento é um tanto quanto precoce de se afirmar.

Podemos identificar que há uma protoidentidade inglesa, forjada a partir do contato com os escandinavos, com o objetivo de dar coesão aos povos de origem anglo-saxã,

---

<sup>7</sup> “Neste dia morreu Alfred filho de Æthelwulf seis noites antes da missa de Todos os Santos. Ele foi rei dos ingleses, com exceção daqueles que estavam sob domínio dos daneses.” (Tradução livre)

principalmente a partir do substrato cristão. Aqueles que estão sob o comando de Wessex, passaram a ser considerados ingleses, em detrimento dos que, mesmo anglo-saxões, estavam na faixa comandada pelos daneses, a *Danelaw*.

## Bibliografia

KEYNES, Simon e LAPDIGE, Michael (2004). *Alfred the Great: Asser's Life of King Alfred and other contemporary sources*. London: Penguin Books, 2004.

*The Anglo-Saxon Chronicle (MS A)*\_Versão em inglês antigo. Disponível em <http://asc.jebbo.co.uk/a/a-L.html> (capturado em abril de 2011).

*The Anglo-Saxon Chronicle Part 2: A.D. 750-919*. Disponível em <http://www.omacl.org/Anglo/part2.html> (capturado em março de 2009).

ABELS, Richard (1998). *Alfred the Great: War, Kingship and Culture in Anglo-Saxon England*. Harlow: Longman.

ANLEZARK, Daniel (2001). Scaef, Japheth and the origins of the Anglo-Saxons, *Anglo Saxon England*, 31, 13-46.

AZEVEDO, José (2001). Culturas: a construção das identidades, *Africana Studia*, 3, 165-180.

BACCEGA, Maria Aparecida (2000). *Palavra e discurso: História e literatura*. São Paulo: Editora Ática.

BLACKBURN, Mark A.S. & DUMVILLE, David N. (1998). *Kings, Currency and Alliances: History and coinage of Southern England in the Ninth Century*. Woodbridge: The Boydell Press.

BROWN, Peter (1999). *A ascensão do cristianismo no Ocidente*. Lisboa: Editorial Presença.

CASTELLS, Manuel (2008). *O poder da identidade*. São Paulo: Paz e Terra.

CHARLES-EDWARDS TM (2004). The Making of Nations in Britain and Ireland in the Early Middle Ages. In: Ralph Evans. *Lordship and Learning: Studies in memory of Trevor Aston*. Woodbridge: The Boydell Press.

CLEMENTS, Jonathan (2005). *A brief history of the vikings: the last pagans or first modern europeans?* London: Robinson.

CUCHE, Denys (2002). *A noção de cultura nas ciências sociais*. São Paulo: EDUSC.

- DA SILVA, Tomaz Tadeu (2007). *Identidade e diferença: A perspectiva dos Estudos Culturais*. Petrópolis: Editora Vozes.
- DAVIDSON, H.R. Ellis (2004). *Deuses e mitos do Norte da Europa*. São Paulo: Madras.
- FOOT, Sara (1996). The Making of *Angelcynn*: English Identity before the Norman Conquest, *Transactions of the Royal Historical Society*, 6, 25-49.
- GEARY, Patrick (2005). *O mito das nações: a invenção do nacionalismo*. Cambuci: Conrad Livros.
- HADLEY, D. M. (2002). Viking and native: re-thinking identity in the Danelaw, *Early Medieval Europe*, 11, 1, 45-70.
- HINDLEY, Geoffrey (2006). *A brief history of the Anglo-Saxons. The beginnings of the English nation*. London: Robinson.
- LARAIA, Roque de Barros (2003). *Cultura: um conceito antropológico*. 16ª edição. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- MINTZ S. W. (2010). Cultura: uma visão antropológica, *Tempo*, 14, 14, 225-239.
- NEVEUX, François (2008). *A brief history of the Normans: the conquests that changed the face of Europe*. London: Robinson.
- ORLANDI, Eni P. (2007). *Análise de Discurso: princípios e procedimentos*. Campinas: Pontes.
- POHL, Walter (1998). *Strategies of distinction: The construction of ethnic communities*. Leiden: Brill.
- POUTIGNAT, Philippe & STREIFF-FENART, Jocelyne (1998). *Teorias da etnicidade: seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredreik Barth*. São Paulo: Editora Unesp.
- PULSIANO, Phillip & TREHARNE, Elaine M. (2001). *A companion to Anglo-Saxon literature*. Oxford: Blackwell Publishers.
- SAWYER, Peter (2001). *The Oxford Illustrated History of the Vikings*. Oxford: Oxford University Press.
- SMITH, Anthony (1997). *A identidade nacional*. Lisboa: Gradiva.

SOUSA, Ivo C. (1999). Etnicidade e nacionalismo: uma proposta de quadro teórico, *Africana Studia*, 1, 109-122.

WILLIAMS, Ann (1999). *Kingship and Government in pre-Conquest England (500-1066)*. London: Macmillan Press LTD.

WILSON, David (1970). *The Vikings and their origins: Scandinavia in the First Millenium*. Londres: Thames and Hudson.

YORKE, Barbara (1995). *Wessex in the Early Middle Ages*. London: Leicester University Press.